

Cercas das 700 ainda sem uma definição

Ocupar área pública com cercas por razões de segurança é uma questão comum e antiga também para os moradores das 700. Há anos eles tentam regularizar a utilização dessas áreas e, enquanto isso, também convivem com a insegurança e ameaças de demolição de muros e grades. Para esses moradores igualmente existe projeto em tramitação na Câmara Legislativa, de autoria do deputado Cláudio Monteiro (PDT).

Em março último, representantes da Associação dos Moradores das Quadras 700, pressionaram os deputados distritais para apressar a tramitação do projeto, que se arrasta desde outubro de 1991. Os moradores concordaram em pagar a taxa extra pela

ocupação, como forma de acelerar a aprovação do projeto. Para o deputado Cláudio Monteiro, é justo que os moradores paguem a taxa, pois, em contrapartida, terão garantida a segurança contra os assaltos a residências, comuns nas quadras 700.

Pelo projeto, a área frontal às residências poderá ser coberta no limite de até 50 por cento da área cercada, para utilização como varanda. Outras benfeitorias não poderiam ser incluídas além desse limite. O projeto continua em tramitação na Câmara Legislativa, sem previsão de quando irá a votação em plenário.

O problema enfrentado pelos moradores das 700 tem raízes antigas. Ele decorre do fato de as chamadas habitações individuais

geminadas foram projetadas para abrigar famílias de baixa renda. Hoje, a grande maioria dos moradores é formada por pessoas da classe média. As casas, em sua maior parte, passaram por reformas que as transformaram quase que totalmente.

A questão da utilização de áreas verdes próximas às residências tanto do Lago como das quadras 700 remonta à década de 60. Em 1983, durante a gestão do governador José Aparecido de Oliveira, tentou-se regularizar a ocupação, através de uma portaria que estabelecia determinadas normas. Não deu certo. Os limites não foram obedecidos e, atualmente, centenas de moradores ocupam áreas bem maiores do que o estabelecido.